Western Union

BANCO WESTERN UNION DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 13.720.915/0001-13

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas a 31/12/2022, bem como as respectivas notas explicativas e o relatório dos auditores independentes. O Banco Western Union do Brasil S.A. ("Banco") é uma empresa de capital fechado, controlada em 100% pela Western Union do Brasil Participações Ltda. Em conjunto com a Western Union Corretora de Câmbio S.A., disponibiliza no Brasil serviços de transferências de dinheiro e importação de moedas. No Exercício de 2022, o Banco obteve sucesso em sua estratégia de recuperação e apurou lucro líquido positivo. A retomada do serviço de importação de moeda, melhores investimentos do capital e a contínua busca por eficiências de custo foram fundamentais para que os resultados mostrassem rentabilidade positiva. As informações destas demonstrações financeiras também estão disponíveis no site https://www.bancowesternunion.com.br/institucional/relatorios. Permanecemos à disposição para quaisquer informações e esclarecimentos eventualmente necessários.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023. **A Administração**

Balanço Patrimonial

31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	4	**332**	**1.000**
Instrumentos financeiros		**34.832**	**30.261**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	34.800	30.200
Relações interfinanceiras		32	61
Devedores diversos por garantia		–	–
Ativos fiscais correntes		**607**	**–**
Outros ativos	6	**139**	**141**
Total do ativo		**35.910**	**31.402**

Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos e demais instrumentos financeiros		**131**	**970**
Depósitos	14	80	814
Outros passivos financeiros	7	51	156
Passivos fiscais correntes	15a	**1.774**	**45**
Provisões	16b	**66**	**42**
Outros passivos	8	**155**	**72**
Patrimônio líquido		**33.783**	**30.273**
Capital social		51.402	51.402
Reserva de Lucros	9	176	–
Lucros/Prejuízos acumulados		(17.795)	(21.129)
Total do passivo e do patrimônio líquido		**35.910**	**31.402**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**51.402**		**(18.566)**	**32.836**
Lucro/Prejuízo do exercício		–	–	(1.635)	(1.635)
Saldos em 31 de junho de 2021		**51.402**		**(20.201)**	**31.201**
Lucro/Prejuízo do exercício		–	–	(928)	(931)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**51.402**		**(21.129)**	**30.270**
Lucro/Prejuízo do exercício		–		1.053	1.053
Saldos em 30 de junho de 2022		**51.402**		**(20.076)**	**31.326**
Lucro/Prejuízo do exercício		–		2.457	2.457
Reserva legal		–	176	(176)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**51.402**	**176**	**(17.795)**	**33.783**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: O Banco Western Union do Brasil S.A. ("Banco"), controlado pela Western Union do Brasil Participações Ltda. (100%), constituído em 17 de dezembro de 2010 na forma de sociedade anônima de capital fechado e organizado sob a forma de banco comercial, foi autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") a partir de 5 de maio de 2011, iniciando suas atividades operacionais em 10 de outubro de 2011 e sua matriz está localizada na rua Iguatemi, nº 151, na cidade de São Paulo - SP, Brasil. O objetivo pretendido em suas atividades é a prática de operações ativas e passivas inerentes aos bancos comerciais, entre as quais a transferência de recursos domésticos, de acordo com os regulamentos do BACEN a ela aplicáveis e com as disposições legais e regulamentos em vigor. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Conglomerado Western Union. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 23 de fevereiro de 2023.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações Financeiras. As alterações advindas da Resolução foram incluídas nas demonstrações. As principais alterações implementadas foram: as contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; a abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas; adoção de nova nomenclatura e grupamento de itens patrimoniais tais como: Instrumentos financeiros, passivos financeiros e ativos e passivos fiscais. Os saldos do balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da demonstração do resultado abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o lucro ou prejuízo líquido ou o patrimônio líquido. A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do Banco use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, à marcação a mercado de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN e aplicáveis a estas Demonstrações Financeiras são: • Resolução nº 3.566/2008 - Redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01 (R1). • Resolução nº 3.823/2009 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - CPC 25. • Resolução nº 3.973/2011 - Eventos subsequentes - CPC 24. • Resolução nº 3.989/2011 - Pagamento baseado em ações - CPC 10 (R1). • Resolução nº 4.007/2011 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - CPC 23. • Resolução nº 4.144/2012 - Pronunciamento conceitual básico - CPC 00 (R1). • Resolução nº 4.424/2015 - Benefícios a empregados - CPC 33 (R1). • Resolução nº 4.524/2016 - Efeitos das mudanças de taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis - CPC 02 (R1). • Resolução nº 4.534/2016 - Ativo intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016 - CPC 04 (R1). • Resolução CMN nº 4.535/2016 - CPC 27 - Ativo imobilizado. • Resolução nº 4.636/2018 - Divulgação sobre partes relacionadas - CPC 05 (R1). • Resolução BCB nº 2 - CPC 41 - Resultado por ação. • Resolução nº 4.748/2019 - Mensuração do valor justo - CPC 46. • Resolução nº 4.818/2020 - Demonstração dos fluxos de caixa - CPC 03 (R2).

3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis mais relevantes adotadas pelo Banco são as seguintes: a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata dia* para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. b) Ativos circulante e realizável a longo prazo: Os ativos circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata dia*) e cambiais auferidos, deduzidos das correspondentes rendas de realização futura e/ou provisões para perdas. c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias: (I) títulos para negociação; (II) títulos disponíveis para venda; e (III) títulos mantidos até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria I são ajustados pelo valor de mercado, sendo estes ajustes com contrapartida em conta de resultado, e os classificados na categoria II são registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida do resultado e avaliados ao valor de mercado em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria III são avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos auferidos, reconhecidos em conta de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de Mercado Futuro cujos ajustes são contabilizados, diariamente, em contas de ativo e passivo, em contrapartida ao resultado. Os valores referenciais são contabilizados em contas de compensação. O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução BACEN 4.277/13. d) Despesas antecipadas: As despesas antecipadas são correspondentes às aplicações de recursos, cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros. e) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("*Impairment*"): É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, que são revistos semestralmente. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por *impairment*. f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 e Carta-Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do BACEN, obedecendo aos seguintes critérios: i. Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. ii. Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível. iii. são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação. iv. Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais que estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente. Os passivos circulante e exigível a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, que incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata dia*) e/ou cambiais incorridos. g) Imposto de renda e contribuição social: As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acréscimo 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 no exercício (R$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 20%. Em 01 de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 ("MP"), convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do setor financeiro em cinco pontos percentuais, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021. A partir de 1 de janeiro de 2022 a alíquota de CSLL retornou para 15%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração. i) Resultado recorrente e não recorrente: Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. h) Resultado por ação: O resultado por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas dos balanços.

4. Caixa e equivalentes de caixa: Conforme Resolução CMN nº 4.818/20, caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades em moeda nacional	**332**	**1.000**
Reservas livres	326	950
Disponibilidades em moeda estrangeira	**6**	**50**
Depósitos bancários no exterior	6	50
Total de disponibilidades	**332**	**1.000**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	34.800	30.200
Total de caixa e equivalentes de caixa	**35.132**	**31.200**

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: a) Títulos e valores mobiliários: O Banco não possuía títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria. b) Instrumentos financeiros derivativos: O Banco negociou contratos de futuros de moeda estrangeira para oferecer proteção contra a exposição ao risco cambial em compromissos de provável liquidação futura. Os instrumentos financeiros derivativos atendem aos critérios da Circular BACEN nº 3.082/02. As operações são registradas em contas patrimoniais e de compensação, e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias do Banco a riscos de mercado e de flutuações de preços de ativos financeiros. A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, o estabelecimento de estratégias, o controle dos riscos associados a cada estratégia de atuação, bem como limites estabelecidos para essas posições observam normas emanadas da Administração do Banco visando "*Hedge*" (operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo compensar a flutuação no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros objeto de proteção). As operações com tais instrumentos financeiros estão registradas na B3. O Banco não possuía posição de contratos futuros em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Os resultados auferidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 com contratos futuros foram de R$ (1.980) e R$ (1.114), respectivamente.

6. Outros ativos	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a fornecedores	12	–
Despesas antecipadas (i)	127	141
Total	**139**	**141**
Ativo circulante	**139**	**141**

(i) Valores pagos antecipadamente relativos à contratação de serviços e seguros e são apropriados ao resultado pelo prazo previsto contratualmente.

7. Outros passivos financeiros	31/12/2022	31/12/2021
Outras despesas administrativas	51	156
Valores a pagar ligadas (nota 14)	–	–
Total	**51**	**156**
Passivo circulante	**51**	**156**

8. Outros passivos	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de pessoal	155	72
Total	**155**	**72**
Passivo circulante	**155**	**72**

9. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social é representado por 51.402.429 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor nominal de R$ 51.402. b) Reserva legal: Sobre o lucro líquido apurado no exercício serão destacados 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal até que está alcance o limite previsto em lei. c) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, sujeito à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas. Os juros pagos ou creditados sobre o capital dos acionistas, de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e legislação aplicável, poderão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. d) Prejuízos acumulados: O Banco absorveu lucro no exercícios findo em 31 dezembro de 2022 e prejuízo em 31 de dezembro de 2021 no valor R$ 3.510 e R$ (2.563). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de prejuízos acumulados é de R$ 17.795 e R$ 21.129, respectivamente.

10. Resultado de câmbio

	2022 2º Semestre	2022 Exercício	31/12/2021
Rendas de câmbio	**3.645**	**13.136**	**2.941**
Rendas de variações de taxas e variação cambial (i)	3.645	13.136	2.941
Despesas de câmbio	**(2.163)**	**(9.626)**	**(1.592)**
Despesas de variações de taxas e variação cambial (ii)	(2.163)	(9.626)	(1.592)
Total	**1.482**	**3.510**	**1.349**

(i) O valor refere-se à receita sobre importação de moeda. (ii) O valor refere-se à despesa sobre importação de moeda.

11. Despesas de pessoal

	2022 2º Semestre	2022 Exercício	31/12/2021
Benefícios	(89)	(115)	(139)
Encargos sociais	(148)	(220)	(161)
Salários e proventos	(481)	(676)	(550)
Total	**(718)**	**(1.011)**	**(850)**

12. Outras despesas administrativas

	2022 2º Semestre	2022 Exercício	31/12/2021
Aluguéis	–	–	–
Comunicações	(27)	(57)	(59)
Processamento de dados	(678)	(1.307)	(1.369)
Publicações	–	(25)	(41)
Seguros	(94)	(179)	(160)
Serviços do sistema financeiro	(474)	(1.015)	(1.051)
Serviços de vigilância e segurança	(131)	(381)	(172)
Serviços especializados (i)	(220)	(455)	(379)
Viagens	(6)	(6)	–
Outros	(3)	(3)	(4)
Total	**(1.633)**	**(3.428)**	**(3.235)**

(i) O valor refere-se a serviços de custódia e transportes de valores.

13. Outras despesas operacionais: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo é composto principalmente por provisões de contingências cíveis e trabalhistas de R$ 34 e 11, respectivamente (nota 16b).

14. Transações com partes relacionadas: Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

	31/12/2022	31/12/2021
	Western Union Corretora de Câmbio S.A	
Passivo		
Depósitos e demais instrumentos financeiros (ii)	80	814
Outros passivos financeiros (i)	–	–
Resultado		
Outras despesas administrativas	(1)	(4)

	2º Semestre 2022	
Resultado		
Outras despesas administrativas	(1)	–

(i) Ressarcimento de custos administrativos entre ligadas. (ii) Depósito à vista que a corretora tem no banco WU. Remuneração do pessoal-chave da Administração: em 2014 os funcionários do Banco Western Union do Brasil S.A. foram transferidos para Western Union Corretora de Câmbio S.A. sendo que o pessoal-chave passou a receber as devidas remunerações pela nova instituição.

15. Tributos: a) Passivos fiscais correntes:

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições sobre salários	84	29
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	3	6
Outros	1.687	10
Total	**1.774**	**45**
Passivo circulante	**1.774**	**45**

b) Créditos tributários não ativados: Em 31 de dezembro de 2022, o Banco possui créditos tributários decorrentes de ajustes temporários, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não contabilizados no montante de R$ 9.085 (R$ 9.765 em 2021). Os prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social não possuem prazos prescricionais e sua compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro. A Instituição não ativou os créditos por não preencher os requisitos exigidos pela CMN nº 4.842/2020, artigo 4º.

c) Despesas tributárias

	2022 2º Semestre	2022 Exercício	31/12/2021
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	(1)	(2)	(27)
Contribuição ao Cofins	(274)	(429)	(76)
Contribuição ao PIS/Pasep	(45)	(70)	(12)
Impostos e Contribuições - Serviços de Terceiros	–	(8)	(2)
Outros	(16)	(24)	(1)
Total	**(336)**	**(533)**	**(118)**

16. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: a) Ativos contingentes: Em 31 de dezembro de 2022 temos e 2021, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização. b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais: (i) Provisões trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos. (ii) Provisões cíveis - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. As movimentações das provisões para contingências, ocorridas no semestre, estão a seguir apresentadas:

	31/12/2022 Cíveis	31/12/2022 Trabalhistas	31/12/2022 Total	31/12/2021
Saldo inicial	**13**	**29**	**42**	**47**
Constituições	43	2	45	12
Reversões	–	(1)	(1)	(11)
Baixas	(20)	–	(20)	(6)
Saldo final	**36**	**30**	**66**	**42**
Passivo não circulante	**36**	**30**	**66**	**42**

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis: As estimativas para perdas possíveis totalizam o montante de R$ 1.661 (R$ 42 em 31 de dezembro de 2021) e estão representadas por 4 processos de sendo um de natureza cível, um de natureza trabalhista e dois de natureza administrativa. d) Órgãos reguladores: Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Banco.

17. Gerenciamento de risco: As estruturas de gerenciamento integrado de riscos e capital conta com oito frentes de atuação: Gestão de Riscos de Mercado, Operacional, Liquidez, Crédito, Capital, Socioambiental, Compliance e Controles Internos. Em alinhamento à Resolução 4.557 do CMN de 23 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, a gestão de riscos das operações é efetuada por meio de políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio, que monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos. Dentre os requerimentos do BACEN para o adequado gerenciamento de riscos e capital, destacam-se a Declaração de Apetite por Riscos (RAS, do inglês *Risk Appetite Statement*) e a implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, do programa de teste de estresse, Comitê de Riscos e a indicação, perante o BACEN, do diretor para gerenciamento de riscos (CRO), com atribuição de papéis, responsabilidades e requisitos de independência. Conforme parâmetros definidos pela Resolução 4.553, de 30 de janeiro de 2017, a Western Union está enquadrada no segmento S4. As estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas: a) Risco de Mercado: implica no monitoramento e revisão da exposição a todos os riscos geradores de perdas potenciais de valor de instrumentos ou produtos financeiros provenientes de movimentos dos mercados relacionados aos produtos oferecidos pelo Banco. Também na análise de contrapartes, designação de taxas de risco internas e estabelecimento de limites de remessas. O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua sendo o maior risco para o Banco a variação cambial. Para o monitoramento diário do risco de mercado, utilizamos os instrumentos de VAR paramétrico, que se baseia no conhecimento prévio de uma distribuição estatística com base em hipótese de comportamento da distribuição de probabilidades dos retornos dos ativos. Para determinar a precisão do modelo de VAR paramétrico mensalmente é gerado o relatório de *backtesting* comparando a posição de VAR calculada com as perdas ou ganhos reais alcançados. b) Risco Operacional: a natureza dos negócios do Banco é caracterizada por um grande número de operações diárias, o que a torna fortemente dependente de seus sistemas de processamento de dados e de outras tecnologias operacionais. Neste contexto, a Gestão de Risco Operacional é uma importante ferramenta utilizada para sustentar e não interromper as operações em curso, assegurando a continuidade das atividades ainda que em situações adversas. As ferramentas de Gerenciamento de Risco Operacional abrangem tanto métodos qualitativos, associados à identificação e classificação do risco; quanto métodos quantitativos, associados à análise das perdas históricas e indicadores de riscos. c) Risco de Liquidez: é o risco da instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez dos caixas em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, com base em modelos estatísticos e econômico-financeiros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários são estabelecidos limites de caixa mínimos, considerando todas as disponibilidades da Western Union, aplicando *haircuts* conservadores a todos aqueles ativos que possam sofrer interferências externas e de concentração de passivos, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável. d) Risco de Crédito: o risco de crédito associado à Western Union é considerado para os correspondentes que possuem contratos assinados para operar no envio e recebimento de remessas nacionais e internacionais de dinheiro, em todo o território brasileiro. O risco de crédito origina-se no momento que o correspondente recebe o valor referente a uma remessa de dinheiro, tendo que repassá-lo para a Corretora em até dois dias úteis, conforme descrito na Resolução 3.954 do Conselho Monetário Nacional. Não é feita nenhuma operação de empréstimo aos correspondentes, não enquadrando o Banco nas normas da Resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional. e) Gerenciamento de Capital: objetiva (i) o monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco; (ii) a avaliação e adequação do capital face aos riscos a que o Banco está sujeito; e (iii) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Banco. O Índice de Basileia faz parte do conjunto de indicadores que são monitorados e avaliados no processo de Gerenciamento de Capital, com finalidade de medir diariamente a suficiência de capital em relação à exposição aos riscos do Conglomerado Prudencial Western Union. Durante o período, a Western Union cumpriu todos os requerimentos mínimos regulatórios. f) Gerenciamento de Risco Socioambiental: definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente, a Western Union desenvolveu Política de Responsabilidade Socioambiental - PRSA, aderente à Resolução CMN 4.327 de 25 de Abril de 2014 permitindo que o risco seja devidamente identificado, mensurado, mitigado e reportado. g) Em termos de Compliance, a Western Union possui um programa bastante robusto, devidamente documentado em políticas e procedimentos específicos, em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis à Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo no Brasil ("PLD/FT"), visando prevenir o uso dos produtos e serviços da empresa em atividades consideradas atípicas ou suspeitas. A Western Union estabeleceu regras de identificação e conhecimento do cliente e do correspondente, procedimentos para a identificação, análise, e reporte de transações atípicas ou suspeitas, bem como o programa de Interdição dos clientes. Uma vez que a aplicação das regras e procedimentos relativos à PLD/FT faz parte integrante das políticas internas da empresa, seu cumprimento é obrigatório por parte de todos funcionários e correspondentes. As regras e procedimentos relativos à PLD/FT, bem como respectivas estratégias e objetivos são periodicamente revisados, de forma a manter sempre atualizado o Programa de Compliance, para endereçar adequadamente os riscos associados a seus produtos e serviços. h) Controles Internos: o gerenciamento das atividades de controles internos da Corretora está sob responsabilidade da área de Risco, Crédito e Controles Internos, mantendo estrutura aderente à Resolução nº 2.554/98, do Conselho Monetário Nacional. Os procedimentos de controles internos têm como objetivo assegurar a confiabilidade e integridade da informação, a conformidade com políticas, planos, procedimentos, leis, regulamentações e contratos, a salvaguarda do patrimônio, o uso econômico e eficiente de recursos e o cumprimento de objetivos e metas estabelecidas para operações e programas. i) Análise de Sensibilidade - A Western Union não possui estimativas nos ativos e passivos em 31 dezembro de 2022 e 2021 que poderiam sofrer alterações significativas. Para a análise de sensibilidade dos ativos e passivos de curto prazo, a Western Union utiliza o VAR cambial, procedimentos de teste de estresse com cenários adversos econômicos e operacionais e o monitoramento das posições de derivativos destinadas para cobertura dos saldos de moeda estrangeira.

18. Limites operacionais: Os limites mínimos de patrimônio líquido compatível com o grau de risco decorrente da exposição das financeiras (Acordo da Basileia) e limites máximos de diversificação de risco e aplicação de recursos no ativo permanente são apurados conforme critérios estabelecidos pelo Banco Central. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os limites operacionais estão devidamente atendidos, com confortável margem reportada entre o patrimônio de referência e o mínimo exigido para o RWA. A situação do Conglomerado (compreende o Banco e a empresa ligada Western Union Corretora de Câmbio S.A.), em relação ao risco da exposição das operações financeiras, está assim representada:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos ponderados pelo risco RWA *(Risk Weighted Asset)*	**422.176**	**398.368**
Patrimônio de referência para comparação com RWA	**165.272**	**147.368**
Patrimônio de referência mínimo exigido para o RWA	**33.774**	**31.031**
Índice de Basileia	**39,15%**	**36.99%**

19. Outras informações: a) Resultados não recorrentes: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Banco não possui resultados não recorrentes. b) Outros assuntos: A partir de 01/01/2025 a Resolução CMN 4.966/21 entrará em vigor, com base no nosso modelo de negócios atual, entendemos que a adaptação do banco aos conceitos e aos critérios contábeis estabelecidos na Resolução terá baixo impacto, uma vez que nossas operações se aplicam de maneira parcial ao referido normativo. Destacamos a seguir os principais pontos para adequada adaptação da resolução. b.1) Sistemas: O Banco terá impacto em todos os sistemas que fazem integração na contabilidade, tendo em sua totalidade nove sistemas, esse impacto se dará principalmente pelo fato no aumento das casas decimais do novo plano Cosif. b.2) Documentos regulatórios: Documentos Regulatórios, documentos contábeis, relatórios gerencias, entendemos que com a adaptação de critérios contábeis e com as consequentes mudanças no plano Cosif, todos os reportes regulatórios serão impactados. b.3) Reportes contábeis: Todos os reportes contábeis corporativos serão mapeados e de acordo com as normas e medidas requeridas pelo Banco Central será realizado um controle "de-para" para adaptação de todos os controles contábeis e reportes internos do banco, bem como os corporativos. b.4) Estrutura de hedge: Estrutura de hedge, a corretora utiliza como instrumento de hedge contratos futuros cotados na B3, o reconhecimento é feito pelo valor justo com informações de nível 1, tendo os impactos reconhecidos no resultado da entidade, assim, entendemos que não será necessário realizar alterações na mensuração desses valores. As pessoas que ao final subscrevem, na qualidade de diretores e contador do Banco Western Union do Brasil S.A., DECLARAM, através da presente, que: Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. quanto às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. São Paulo, 23 de Fevereiro de 2023.

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2022 2º Semestre	2022 Exercício	31/12/2021
Receitas (despesas) da intermediação financeira		**6.314**	**10.092**	**1.347**
Resultado com aplicações em depósitos interfinanceiros		6.055	8.564	1.116
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5b	(1.223)	(1.980)	(1.114)
Resultado com operações de câmbio	10	1.482	3.510	1.349
Despesa com captação		–	(2)	(4)
Resultado bruto da intermediação financeira		**6.314**	**10.092**	**1.347**
Resultado de provisões para perdas		**–**	**–**	**4**
Outras provisões associadas ao risco de crédito		–	–	4
Outras receitas (despesas) operacionais		**(2.699)**	**(4.945)**	**(3.914)**
Receita de serviços		22	49	161
Despesas de pessoal	11	(718)	(1.011)	(850)
Outras despesas administrativas	12	(1.633)	(3.428)	(3.235)
Despesas tributárias	15c	(336)	(533)	(118)
Outras receitas operacionais		–	22	139
Outras despesas operacionais		(34)	(44)	(11)
Resultado operacional		**3.615**	**5.147**	**(2.563)**
Imposto de renda e contribuição social		**(1.158)**	**(1.637)**	**–**
Imposto de Renda		(626)	(887)	–
Contribuição Social		(532)	(750)	–
Lucro líquido/Prejuízo do semestre/exercícios		**2.457**	**3.510**	**(2.563)**
Lucro/Prejuízo por ação				
Lucro/Prejuízo básico e diluído por ação - R$		**0,05**	**0,07**	**(0,05)**
Lucro líquido/Prejuízo do semestre/exercícios		2.457	3.510	(2.563)
Quantidade de ações (lotes de mil)		51.402	51.402	51.402

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2022 2º Semestre	2022 Exercício	31/12/2021
Lucro líquido/Prejuízo do semestre/exercícios		**2.457**	**3.510**	**(2.562)**
Itens que serão reclassificados para o resultado		–	–	–
Itens que não serão reclassificados para o resultado		–	–	–
Resultado abrangente do semestre/exercícios		**2.457**	**3.510**	**(2.562)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2022 2º Semestre	2022 Exercício	31/12/2021
Atividades operacionais				
Lucro/Prejuízo líquido ajustado do semestre/exercícios		**2.423**	**3.475**	**(2.573)**
Lucro/Prejuízo líquido do semestre/exercícios		**2.457**	**3.510**	**(2.563)**
Ajuste ao lucro/prejuízo líquido do semestre/exercícios		**(34)**	**(35)**	**(10)**
Provisões (reversões) para contingências	16b	(34)	(35)	(6)
Outras provisões associadas ao risco de crédito		–	–	(4)
Variações patrimoniais		**636**	**457**	**(4.828)**
Aumento (redução) em instrumentos financeiros		10	(32)	(61)
Aumento (redução) em ativos fiscais		(392)	(607)	7
Aumento (redução) em outros ativos		(71)	(141)	(73)
(Redução) aumento em depósitos e demais instrumentos financeiros		(274)	131	(4.648)
(Redução) aumento em passivos fiscais		1.215	1.774	(32)
(Redução) aumento em provisões		54	(689)	(154)
(Redução) aumento em outros passivos		94	21	133
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**3.059**	**3.932**	**(7.401)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**3.059**	**3.932**	**(7.401)**
Início do semestre/exercícios		32.073	31.200	38.601
Fim do semestre/exercícios		35.132	35.132	31.200
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**3.059**	**3.932**	**(7.401)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Ricardo Silva Amaral
Diretor-Presidente

Maria Célia Seixas
Diretora

Contadora

Camilla Oliveira Costa
CRC SP-316528/O-1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas e aos Administradores do **Banco Western Union do Brasil S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Western Union do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Western Union do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023.

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O
Henrique Furtado Maduro
Contador - CRC: 1SP-291892/O-2

www.bancowesternunion.com.br

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 08/03/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/08/BANCOWESTERN1568088408032023.pdf
Hash:1678222443339fab67e10340b69275183f0e8f9347